

Urgência na contenção fiscal

por Vera Brandimarte
de São Paulo

“Nos próximos dois meses, ou o governo monta sua estratégia de controle do déficit público e conquista no Congresso Nacional apoio para implementação de medidas de contenção fiscal, ou então, em 1986, assistiremos a uma situação explosiva, advertiu ontem o economista Ibrahim Eris, da empresa de consultoria M.B.E. Associados. Na próxima semana, com o retorno do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, de sua viagem a Seal, onde participa da Conferência Anual do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, o economista acredita que o governo deverá agilizar o processo de definição das medidas para equacionar o problema do déficit público.

No “front” externo, a situação brasileira é relativamente tranquila, afirmou Eris, em palestra no I Congresso Nacional dos Executivos Financeiros. O balanço de pagamentos deixou de ser uma restrição ao crescimento da eco-

nómia. Em 1986, diante das expectativas criadas com o realinhamento externo das moedas, da tendência de acomodação das taxas de juros internacionais e da implantação de uma política monetária mais expansionista pelo Banco Central norte-americano, Eris considera viável manter um saldo na balança comercial em torno de US\$ 12,5 bilhões, um crescimento econômico a uma taxa de 6% ao ano e conseguir até um pequeno saldo positivo (de zero a US\$ 500 milhões) no saldo das contas correntes.

Essas metas seriam compatíveis com uma taxa de inflação entre 200 e 250%, caso o governo, “que tem o diagnóstico correto sobre a economia brasileira e já sabe os instrumentos que precisará utilizar para resolver o problema da dívida interna”, consiga vencer as barreiras da falta de apoio na classe política para aprovar um pacote de medidas mais duras.

Entre essas medidas estão a elevação de tributos, aumento de tarifas públicas, corte de subsídios e de custeio das estatais.

Neste momento, segundo o economista, o governo precisa conter as reivindicações de recomposição de salários. Ele considera razoável reposições de 6% reais ao ano, mas reajustes reais de salário acima desse percentual, em sua opinião, acarretariam um super aquecimento de demanda e inevitavelmente conduziriam a uma taxa de inflação a um patamar muito mais elevado.

A decisão política do governo de promover a arrumação da casa nos próximos anos é também condição para que o empresariado volte a investir, com a segurança de que mais tarde o governo não pressionará as taxas de juros. Para

tanto, Eris considera indispensável que o governo apresente com clareza um quadro das contas públicas e mostre o esforço fiscal que pretende fazer. Hoje, a dívida do governo, fora dos bancos oficiais, estaria em cerca de US\$ 110 bilhões a US\$ 120 bilhões. Para zerar o déficit no próximo ano, o governo teria de gerar um superávit entre receitas e despesas correntes de US\$ 15 bilhões a US\$ 20 bilhões (Cr\$ 225 trilhões em cruzeiros de 1986), para atender ao serviço da dívida pública. O tamanho desse esforço fiscal, a ser feito em 1986, segundo Eris, não é mais uma questão técnica, mas uma definição política.